

Tangará da Serra

Justiça determina a suspensão de descontos dos servidores da Funai

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de Tangará da Serra (MT), terá que suspender o ato que determinou o desconto dos vencimentos dos servidores, referente à Gratificação de Localidade, tido como indevida por parte da União. A Gratificação de Localidade foi instituída através do Decreto n.º 492/1992, excluía dos vencimentos dos servidores da FUNAI de Tangará da Serra (MT), em julho de 2007, por ordem do Ministério da Justiça, que, determinou a devolução ao erário dos valores recebidos de junho de 2002 até julho de 2007.

A Gratificação de Localidade é devida aos servidores que trabalham em região de fronteira ou é designada para exercer suas atividades laborais fora do Município onde reside, mas a FUNAI (MT), de forma unilateral, decidiu que o valor era indevido e que haveria o desconto dessa quantia.

Em janeiro de 2008, o departamento jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) através do seu advogado João Batista dos Anjos, ajuizou a ação coletiva com pedido de antecipação parcial dos efeitos da tutela jurisdicional, pleiteando a suspensão dos descontos em folha de pagamento dos servidores, dos valores tido como devidos pela União, bem como, a devolução dos valores já descontados.

O advogado do Sindsep-MT, João Batista dos Anjos, sustentou em suas razões que a Gratificação de Localidade paga aos servidores de Tangará da Serra até junho de 2007,

foi instituída através de um processo administrativo no ano de 2002, não podendo a administração pública, através de um ato unilateral suspender o pagamento e determinar a devolução dos valores recebidos pelos trabalhadores através de descontos em folha de pagamento, sem o devido processo legal, garantido pelo Constituição Federal.

João Batista argumentou que esses servidores da Funai recebiam a Gratificação de Localidade por concessão do Poder Público, ou seja, se houve erro no pagamento do benefício não pode ser imputado aos servidores que sempre agiram de boa-fé.

O Juiz Federal, Pedro Francisco da Silva, da 3ª Vara Federal de Mato Grosso, deferiu o pedido de antecipação parcial dos efeitos da tutela jurisdicional, determinando que a FUNAI se abstenha de efetuar qualquer desconto nos proventos de 14 servidores, até o julgamento definitivo da causa, sob pena de multa diária no montante de R\$ 100, sem prejuízo na instauração de inquérito policial por desobediência.

Aposentados

Outra decisão da 3ª Vara de Mato Grosso beneficia o servidor do Ministério da Fazenda, Maurício Hermógenes Nogueira, (processo n.º 2008.36.00.006616-9), sobre a paridade do pagamento dos proventos entre ativos e aposentados. Neste caso, se entende que a igualdade dos proventos dos inativos chega a ser 70% inferior se comparado aos salários daqueles que estão na ativa.

A tutela antecipada foi de-

ferida pelo Juiz Federal, Pedro Francisco da Silva, que acolheu a tese do advogado do Sindsep-MT, João Batista dos Anjos, reconhecendo como inconstitucional a desigualdade do pagamento da GDATA entre os ativos e inativos, bem como, que o aposentado não pode esperar uma decisão judicial definitiva para fazer valer o seu direito, e aguardar um processo de execução através de um precatório.

Com estes fundamentos,

juiz determinou liminarmente que o Ministério da Fazenda inclua na próxima folha de pagamento do servidor o valor da GDATA de forma integral, sob pena de multa de R\$ 100 ao dia.

O fato se sustenta em que é vedado o tratamento diferenciado entre ativos e inativos, já que a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativa e de Suporte (GDPGTAS), criada pela lei 11.357/2006, é substitutiva à Gratificação de Desempenho

de Atividade Técnico Administrativa (GDATA) instituída pela Lei 10404/2002 que concedia aos servidores públicos federais (ativos e aposentados) percentuais diferenciados entre os grupos.

A questão passa pelo mérito de que a Constituição de 1988 deu especial tratamento ao princípio de isonomia, ou seja, uma forma de assegurar a igualdade dos direitos e obrigações em diferentes aspectos da relação funcional.

Veja a lista completa com os nomes e valores de cada servidor

I) Gidelson de Araújo – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 99,04 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 6.924,63

II) Cristiane Matos de Brito – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em junho de 2007: R\$ 112,54 (excluída em julho de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 7.868,55

III) Marinho Nokozemae – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 103,36 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 7.226,70

IV) José Antonio de Amorim – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 103,36 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 7.226,70

V) José Antonio Martins Flores – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 56,27 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 3.934,23

VI) Maria Amélia Teixeira de Assunção Rodrigues – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 64,50 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 4.509,67

VII) Maria de Fátima de Amorim – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 103,36 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 7.226,70

VIII) Ivanilde Bezerra do Nascimento – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 64,50 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 4.509,67

IX) Joana Calomezore Parecis – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 80,11 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 5.574,68

X) Atanásio Jolasi – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 64,50 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 4.488,38

XI) Nedino Cintra Nascimento Maizo Kie - Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007 – R\$ 103,36 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 6.817,35

XII) Sergio Toledo Santana – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 38,38 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 2.670,77

XIII) Daniel Matenho Cabixi – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 64,50 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 4.488,38

XIV) João Castro de Araújo Filho – Valor da Vantagem Pessoal Nominal em julho de 2007: R\$ 103,36 (excluída em agosto de 2007)
- Valor reclamado pela Funai: R\$ 1.722,67

Processo n.º 2008.36.00.000511-3

Jornalistas vão à dissídio

O Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT) encerrou no mês de junho processo de negociação com os patrões das comunicações dentro da campanha salarial 2008. Foram seis meses de tentativa de acordo. Apesar das partes terem acordado em 21 cláusulas, não houve entendimento no primeiro ponto da pauta de reivindicações, que trata do piso. “Vamos à dissídio”, informa a presidente do Sindjor-MT, Keka Werneck. “Melhor assim, apesar da justiça nem sempre ser justa com o trabalhador e de, por isso mesmo, correremos riscos de não sermos contemplados”.

A categoria, que tem o mesmo salário base há 10 anos, de R\$ 1.050, iniciou a campanha, no dia 16 de janeiro, pedindo um piso único de R\$ 2,1 mil, levando em conta principalmente o INPC e as perdas acumuladas em uma década. Os patrões não concordam em pagar isso. Propuseram, inicialmente, R\$ 900 para o inte-



Foto: Lucil Mary

rior e R\$ 1.200, capital, embora já não pratiquem esses valores.

O sindicato flexibilizou várias vezes, até chegar ao valor limite de R\$ 1.250. Ao final do processo, o empresário chegou a oferecer, informalmente, R\$ 1.100 interior e R\$ 1.300 capital, atrelando, no entanto, a oferta à necessidade de ser incluída no

único. “A força de trabalho do jornalista é igual, na capital, no interior”, reforça a presidente.

Outra flexibilização feita pelo sindicato na tentativa de garantir o acordo foi a implantação do banco de horas, proposta dos patrões. “Na verdade sabemos que jornalistas dificilmente recebem hora-extra

acordo coletivo indicano que é tarefa do jornalista dirigir carro de reportagem. A diretoria do sindicato, avalizada por Assembleia Geral, rechaçou veementemente essa possibilidade, e insiste em lutar por piso

e isso garantiria ao menos a negociação por mais folgas ou dias de férias, porém vinculamos isso ao fechamento do acordo, como não ocorreu, o item não vale”, comentou a secretária geral em exercício, Alcione dos Anjos.

O advogado do sindicato, Francisco Faia, já prepara o processo, levando em conta as reais perdas da categoria. “Quando não há condições de acordo, são dois os caminhos a serem tomados: greve ou dissídio”, destaca Faia. “Espero que o Judiciário faça justiça”.

A tesoureira em exercício do Sindjor, Márcia Raquel, lembrou que há 10 anos o piso de R\$ 1.050,00 era o equivalente a oito salários mínimos e hoje, esse mesmo valor, representa pouco mais de dois salários mínimos. “Entre as categorias que possuem nível superior estamos realmente na periferia quando se trata de piso salarial”, destacou. A data base dos jornalistas é 1º de maio.

O sindicato vai acionar os grupos Centro América, Diário de Cuiabá, Gazeta e Jornal Folha do Estado. Em rodada de negociação, o diretor da TV Centro América, Zilmar Melate, chegou a afirmar que se jornalistas dirigirem carros de reportagem terão que arcar com o ônus disso: multas, risco de vida.

Sobre o banco de horas, proposta feita pelas empresas, o sindicato também flexibilizou. Mas ainda assim não houve acordo.

A procuradora do Trabalho, Eliney Bezerra, que mediu as rodadas de negociação no Ministério Público do Trabalho (MPT), tentou exaustivamente expor aos dois lados caminhos para um acordo. Mas não foi possível. Segundo ela disse, na última audiência, é muito provável que, no dissídio, o juiz leve em conta o INPC. Nesse caso, há chances do piso dos jornalistas em Mato Grosso chegar a R\$ 1,3 mil.

Fonte: Sindjor-MT

Agentes de saúde lotaram a audiência pública na Assembleia Legislativa

Thais Raeli
Da Reportagem

Mais de 300 agentes comunitários e de endemias participaram na terça-feira (24 de junho) da audiência pública para discutir a incorporação dos servidores no quadro de funcionalismo público municipal. Estiveram presentes lideranças comunitárias de diversos municípios de Mato Grosso, bem como os deputados estaduais Guilherme Maluf (PSDB), Vilma Moreira (PSB) e o federal, Valtenir Pereira (PSB), que é presidente nacional da Frente Parlamentar de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

A discussão foi proposta pelo Sindicato dos Traba-

lhadores de Combate às Endemias de Mato Grosso, (Sintrace-MT) e solicitada por Maluf (PSDB), ex-secretário de Saúde de Cuiabá. O auditorio Deputado René Barbosa não comportou a presença do grande número de agentes que compareceram ao parlamento estadual com a finalidade de reforçarem a luta pela efetivação. Alguns deles usaram um nariz de palhaço, fazendo referência às promessas não cumpridas do prefeito da capital, Wilson Santos (PSDB).

Para a agente de Cuiabá, Marideza de Moraes Bezerra, 39 anos, esse encontro foi um grande avanço na luta de dois anos. "Espero que agora sejamos efetivados. Falta o cumprimento da palavra do prefeito Wilson Santos que já até fez festa para a efetivação, só falta mesmo a assinatura dele", disse.



Poderes executivos municipais têm gerado insegurança para centenas de profissionais

Ela também destacou que depois que o Sintrace foi estruturado, os trabalhadores tiveram seus direitos respeitados enquanto cidadãos. Entre as reclamações que pairaram na Assembleia, os agentes apontaram a insegurança que tinham em trabalhar, o que não permitia sequer as faltas justificadas por doenças ou férias conforme previsto nas leis trabalhistas.

Contudo, apesar dos avanços, o presidente do Sintrace, Wilson Cutas, destacou que ainda é preciso acompanhar a saúde desses trabalhadores, já que em muitos casos o contato com inseticidas, como o Temefox, provoca intoxicação. As cidades de Cuiabá e Várzea Grande, que concentram o maior número de servidores, estão no foco imediato para

a solução desse impasse com os gestores. Ao todo, em Mato Grosso, estima-se um total de seis mil agentes, em Cuiabá são 688 e em Várzea Grande são 400.

Para o deputado Valtenir, o problema consiste em entender que a Emenda Constitucional 51, a Lei Federal 11.350/06 e as Leis Municipais 4.941/06 e 5.039/07, bem como a Notificação Recomendatória nº 02/2007 do

Ministério Público Estadual obrigam o Executivo a torná-los funcionários públicos municipais de uma forma diferente da contratação por concursos.

No final do encontro, um dos encaminhamentos das autoridades presentes foi cobrar a concretização da promessa do prefeito tucano, bem como a mesma ação nos demais municípios do interior. Além disso, registrou-se um documento solicitando que os servidores não tivessem seu dia de trabalho descontado por comparecerem à discussão, já que corriam esse risco por ameaça do próprio Executivo. Porém, o representante da Prefeitura Municipal de Cuiabá, Wagner Simplício, diretor de Vigilância à Saúde e Meio Ambiente, fez compromisso formal no evento de que o ponto dos agentes não será cortado.

Exército homenageia soldados que retornaram do Haiti

Thais Raeli
Da Reportagem

Depois de seis meses em iminência de conflito, onze militares mato-grossenses do 9º Batalhão de Engenharia da Construção (9ºBEC), que participaram de uma missão de paz no Haiti, foram homenageados na quarta-feira, 25 de junho, em solenidade no 9ºBEC. Além disso, na ocasião, 174 recrutas receberam a boina verde-oliva, que representa a primeira conquista para os iniciantes que ingressaram em 1º de março de 2008.

Autoridades, parentes e militares de outras tropas estiveram na solenidade que também homenageou o soldado Douglas Antônio Scariotti, 20 anos, membro da equipe de Mato Grosso que tirou terceiro lugar na modalidade Robótica Industrial da disputa nacional da Olimpíada do Conhecimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Segundo o comandante do 9º batalhão, o tenente-coronel Fernando Miranda do Carmo, a solenidade foi simples, como é a característica militar, mas não perde seu mérito. "Embora simples é um momento significativo", ava-



Militares estavam em operação da ONU no Haiti

liou. Para o sargento Vanderlei Antônio de Figueiredo, 40 anos e 21 de serviço militar, ter participado dessa experiência agregou valores na sua formação pessoal e profissional.

O Brasil participa da missão de paz das Nações Unidas (ONU) e a cada seis meses militares voluntários atuam no país marcado pela guerra civil. Para o cabo Luís Antônio, a saudade da família é a parte mais difícil, apesar de manterem contato diariamente através da internet. A tropa que voltou também se orgulha de ver o respeito conquistado na população do local, tendo em vista que militares de Mato Grosso levaram para continente vizinho os conhecimentos adquiridos na construção e reconstrução de estradas e pontes, tarefas exercidas no 9º BEC,

representando o Brasil.

Eles retornaram ao Estado no dia 29 de maio e também receberam uma placa de homenagem pela Operação da Organização das Nações Unidas intitulada Minustah (United Nations Stabilization Mission Haiti). O coronel José Meirelles, ex-comandante do 9º BEC e ex-prefeito de Cuiabá, prestigiou o evento e disse que o Exército tem que ocupar seu espaço na sociedade e que esse tipo de missão representa bem a boa atuação dos militares de Mato Grosso. O ex-prefeito defendeu que o serviço militar tem que ser obrigatório, como uma referência na formação educacional, sócio-ambiental e corporativista, tendo em vista que os jovens são os responsáveis pelo Brasil de amanhã.

Oficiais temporários chegam ao 9º BEC

Ingressar na carreira militar é um sonho para uns e motivo de insatisfação para outros. De um lado fica a discussão do serviço militar obrigatório, apesar de hoje quase 100% da tropa ser de voluntários, e de outro a oportunidade de servir no Exército brasileiro, familiarizar-se com a doutrina da caserna e aprender uma profissão, facilitando a transição do adolescente para a vida adulta. O 9º Batalhão de Engenharia da Construção (9ºBEC) fez recentemente uma seleção para incorporação de oficiais temporários, e recebeu no dia 23 de junho um reforço de cinco aspirantes para se unir a tropa.

Os aspirantes são Bruno Gomes de Araújo, natural de Recife (PE), Felipe Martins Tenório e Rodrigo Alves Modesto, ambos do Rio de Janeiro (RJ), José Renato Couto de Oliveira, de Cuiabá (MT) e Alexandre Azambuja Bertoldo, de Três Lagoas (MS). Todos são voluntários e passaram por um processo seletivo ou pelo NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva). Com essa iniciação, hoje eles têm a oportunidade de trabalhar no Exército, tendo a chance de aperfeiçoarem-se profissionalmente em razão das obras realizadas pelo 9ºBEC.

O ingresso como militar de carreira é realizado por intermédio de concurso público de âmbito nacional e é igual para homens e mulheres, enquanto um militar temporário não faz carreira no exército e sua permanência máxima no



Recrutas receberam a boina da primeira conquista

serviço ativo é de oito anos, podendo chegar ao posto de primeiro tenente. Após esse tempo, a pessoa é licenciada e passa a integrar o chamado efetivo mobilizável. A entrada destes profissionais na carreira das armas só é possível em razão da lei do serviço militar. No caso das mulheres têm caráter voluntário e abrange as áreas de saúde, administração, jurídica e de ensino.

Para um civil é uma oportunidade de aprimorar os conhecimentos profissionais e adquirir experiência, além de conviver com a disciplina militar. O aspirante José Renato Couto de Oliveira, 29 anos, engenheiro civil está nessa fase de iniciação e chegou no 9º BEC para dar suporte numa área que sempre atuou: a infra-estrutura. Ele se formou em 2005 pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e também é técnico em edificações.

Como oficial temporário, ele vai passar pelo período de 30 dias de adaptação até par-

ticipar de sua primeira operação. O mesmo acontece com os outros aspirantes. Para esse tipo de seleção, o currículo é muito importante, os oficiais que chegam trazem na bagagem conhecimentos que serão aperfeiçoados através dos debates com os novos colegas de trabalho.

Eles compartilham das surpresas de uma nova rotina e estão se empenhando para aprender rapidamente os conceitos de disciplina e hierarquia, pilares fundamentais da profissão das armas. Para os aspirantes, isso será uma conduta importante que poderá somar em suas carreiras futuramente. Mas, essa nova vivência também serviu para que enxergassem o serviço militar por outro ponto de vista. Apesar da hierarquia, Renato e Alexandre destacaram que os colegas de Batalhão se tratam com respeito, sem perder a autoridade, ao contrário da fama que se propaga fora dos muros dos quartéis. (TR)

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thais Raeli - DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADEBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APÓS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APÓS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUAREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Justiça determina que Funasa pague salário de servidores sem contratos

Thais Raeli
Da Reportagem

Ex-servidores da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (FunSaúde), ONG conveniada a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de Barra do Garças estão desde maio trabalhando como “voluntários” depois que foi suspenso o contrato pelo Departamento de Saúde Indígena (DSAI) da Funasa de Brasília. O problema consiste em que os antigos funcionários do convênio com a Universidade de Brasília (UnB) terão seus contratos reavaliados e estão no aguardo de uma nova prestadora de serviço para incorporá-los ao quadro ou não, sem previsão de quem ou quando isso vai acontecer, conforme informou a direção da Funasa.

O juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior, da Vara do



Foto: Thais Raeli
Trabalho em Barra do Garças, deferiu liminar no dia 5 de julho obrigando a Funasa a pagar pouco mais

de R\$ 1 milhão aos servidores da ONG que ficaram sem emprego após suspensão do contrato. O dinheiro é referente ao pagamento salarial do mês de abril. O órgão federal tem um prazo de 48 horas, após ser notificado da decisão, para cumprir a determinação, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. Até o fechamento desta edição o pagamento não foi efetuado, mas ainda estava dentro do prazo.

A liminar foi deferida após o Ministério Público do Trabalho mover ação civil coletiva a favor dos trabalhadores. Conforme a decisão, a Funasa e a UnB haviam firmado um convênio que previa a execução de ações complementares de atenção à saúde indígena nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis). Os funcionários eram lotados nos pólos de Barra do Garças, Campinápolis,

Água Boa, Nova Xavantina, Primavera do Leste e Paranatinga e atendia os índios da etnia xavante.

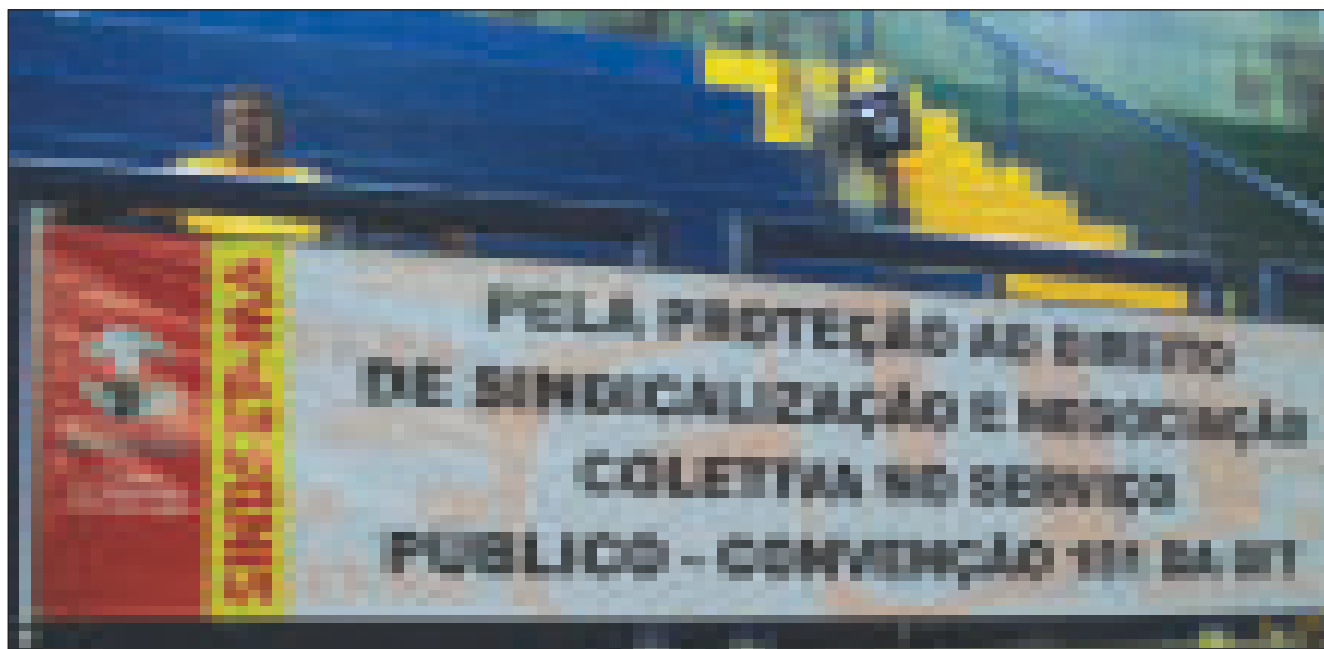
Sem receber durante quatro meses, cerca de 200 funcionários da FunSaúde entraram em greve 31 de março e conseguiram, depois de dez dias, o pagamento dos salários e benefícios atrasados. Contudo, agora estão na insegurança de manter seus empregos. Para o coordenador do Dsei de Barra do Garças, Jamir Alves Ferreira, a Funasa de Brasília já sinalizou o pagamento desses servidores.

Além disso, Jamir disse que sessenta dos duzentos ex-servidores da FunSaúde terão seus contratos regularizados Funasa no período retroativo à 1º de junho. No dia 19 de junho, Jamir Alves Ferreira esteve reunido com o coordenador da Funasa de Mato Grosso, Marco An-

tônio Stangerlin e com o presidente do Conselho Distrital da Saúde Indígena Xavante, cacique Edmundo Dzuhiwi Ômore, para abordar a situação do atendimento dos 14 mil índios de nove aldeias daquela região. Além da regularização dos funcionários, eles discutiram também a necessidade do saneamento e a compra de aparelhos de radiofonia.

Sindsep-MT: O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) vai acompanhar o processo de seleção, para que os outros trabalhadores que ficaram de fora não sejam injustiçados. Para o presidente, Carlos Alberto de Almeida, o ideal seria que todos os 200 servidores fossem incluídos até a chegada da nova Ong. O sindicato também está atento à atuação daquela que será a nova conveniada.

Sindsep-MT apóia Convenção 151 da OIT



Sindicatos de todo o Brasil estão atentos as convenções

Thais Raeli
Da Reportagem

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) está atendo as negociações da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em meados de fevereiro, numa atitude ousada, o presidente Lula anunciou

que enviará ao Congresso Nacional o pedido de ratificação imediata do texto.

A expectativa é que o texto entre em pauta para a votação nos próximos dias. Após deputados e senadores validarem a convenção, o prazo para a regulamentação será de um ano, mas antes haverá um amplo debate no Congresso, já que alguns par-

lamentares prometem resistir o avanço.

A Convenção 151 institui a negociação coletiva no setor público. O Sindsep-MT está atento aos desmandes da esfera Federal e também nos pleitos paralelos que envolvem as demais lutas sindicais. Um dos caminhos para pressionar os acordos entre as classes têm sido as

greves, o que poderia ser amenizado caso houvesse consciência e mais respeito dos políticos com o dinheiro público e dos gestores de cada Pasta.

No caso da Convenção 151, ela corrige uma antiga injustiça imposta pelas forças conservadoras. Até hoje os servidores públicos nunca tiveram o direito à negociação

coletiva, sendo vítimas da truculência de vários governos, que sequer rece-

bem os sindicatos do setor para discutir as suas demandas.

Lobby patronal derrota Convenção 158 nas Relações Exteriores

Por 20 votos contra 1, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara aprovou no dia 2 de julho o parecer do relator, deputado Júlio Delgado (PSB/MG), contrário à demissão imotivada. No parecer, Delgado pedia a rejeição da ratificação, pelo Brasil, da Convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão sem justificativa.

Ele entende que a legislação trabalhista atual protege o trabalhador, o que, na sua opinião, torna a ratificação da Convenção 158 desnecessária.

Logo depois da votação, o relator contou que fez uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça, que lhe informou que a matéria sendo rejeitada na Comissão de Relações Exteriores poderia ser arquivada. Desse modo, Júlio Delgado pediu o arquivamento da mensagem presidencial.

O presidente da Comissão, deputado Marcondes Gadelha (PSB/PB), disse que também vai fazer uma consulta à CCJ, a fim de examinar o pedido do relator.

Caso a informação proceda, Gadelha vai arquivar a matéria. Se isto acontecer, nova mensagem com este conteúdo só poderá ser apresentada na próxima legislatura, em 2011. Caso prevaleça a leitura correta do Regimento Interno da Câmara, a mensagem presidencial ainda deverá ser apreciada pelas comissões de Trabalho; e de Constituição e Justiça.

Arquivamento - O pedido do relator não procede, pois apenas duas comissões têm poder para arquivar matérias em caso de aprovação de parecer contrário. São elas, as comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

No caso de mensagem presidencial, apenas o plenário pode decidir, ao rejeitar a matéria, pelo seu arquivamento. Isto é, o plenário, instância máxima da Câmara tem que se pronunciar sobre a questão, a fim de enviá-la ou não à Casa revisora - o Senado.

Fonte: Condsef

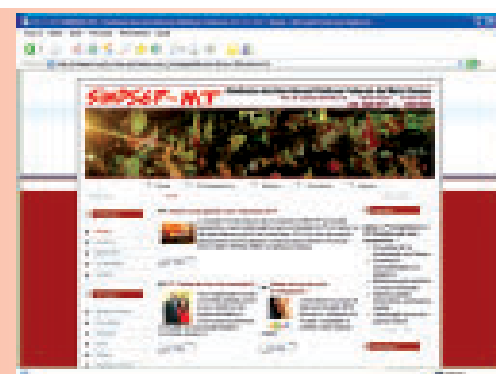
Acesse os sites:

www.sindsepmt.org

e

www.jornalista.com.br

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, no bairro Poção - Cuiabá-MT
Fone: (65) 3023-6617 ou (65) 3023-9338.



Arraiá da Asnab

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) abre suas portas aos servidores dos órgãos filiados para realizarem festas de confraternização na sede do sindicato.

No final do mês de junho, a Associação Nacional dos Empregados da Conab (Asnab) fez seu arraiá que reuniu cerca de 150 pessoas.

O evento foi em comemoração

também aos aniversariantes do mês de junho e aos cinco meses de regresso dos demitidos e anistiados da Conab ao quadro do serviço público.

Além do espaço físico, o Sindsep-MT

contribuiu com a parte de logística, ou seja, com o aluguel de mesas, cadeiras e as caixas para a bebida.

Sejam bem-vindos e venham festejar no Sindsep-MT!!

Fotos: Destaque Cuiabá



Demonstração do Resultado		33.710.088/0001-94	
SIND DOS SERV PUBLICOS FEDERAIS DE MT		Período: Maio/2008	
Receitas Brutas			
MIN PLANEJAMENTO	151,79		
EXERCITO	3.159,50		
MIN EDUCACAO (MEC)	16,10		
MIN AGRICULTURA	3.476,55		
MIN FAZENDA	2.664,65		
MIN JUSTIÇA	32,92		
POLICIA FEDERAL	21,98		
MIN AERONAUTICA	541,29		
MPAS/SAS	176,82		
MIN SAUDE	128,03		
D R T	398,86		
CEFET/MT	79,98		
U F M T	250,41		
FUNAI	4.163,01		
D N P M	25,80		
FUNASA	10.622,84		
A N V S	29,71		
D N I T	426,27		
A G U	28,80		
IBAMA	787,66		
MIN COMUNICAÇÕES	757,28		
IN CRA	5.936,66		
I B G E	37,49		
MIN TRANSPORTES	2.982,81		
I N S S	832,95		
MIN MARINHA	100,01		
D P R F	99,18		
M M E	91,95		
ESTORNO DE TARIFA	26,10		
EMPRESTIMO EM DINHEIRO	6.000,00	44.047,40	
(-) Deduções			
RECEITA LÍQUIDA		44.047,40	
SUPERÁVIT BRUTO		44.047,40	
(-) Despesas Financeiras			
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	30,00		
JUROS S/ DESCONTO DE TÍTULOS	60,00		
TARIFAS BANCARIAS	26,10		
TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	21,00	137,10	
(-) Despesas Administrativas			
MATERIAIS DE LIMPEZA	92,85		
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES			2.910,60
ENERGIA ELÉTRICA			589,89
HONORÁRIOS CONTÁBEIS			1.259,00
ÁGUA E ESGOTO			50,40
DESPESAS COM CARTORIO			259,50
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO			226,00
LANCHES E REFEIÇÕES			296,81
DESPESA C/COMBUSTÍVEL			592,49
MANUTENÇÃO DE VEÍCULO			385,50
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO			9,00
CORREIOS E POSTAGENS			51,20
CÓPIAS E REPRODUÇÕES			93,20
MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARES			100,00
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS			2.500,00
KENTEL PLUS ALARME			720,00
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO			66,10
MENSALIDADE COPIADORA			600,00
COPIAS EXCESSO			84,40
VIAGENS			2.822,88
JORNAL O COMPROMISSO			1.120,00
ACORDO JUCIDIAL			6.000,00
ASSESSORIA			1.000,00
SEGURO VEICULO			294,39
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			42,00
1º ENCONTRO MELHOR IDADE 25/04/2008			586,00
DESPESAS COM SERVIDOR APOSENTADO			120,00
DESPESAS DIA DA MAES			165,00
(-) Despesas Gerais e Trabalhistas			23.037,21
SALÁRIOS			2.120,98
FGTS			160,07
INSS			664,29
VALE TRANSPORTE			541,20
AJUDA ALIMENTAÇÃO			100,00
CUSTAS PROCESSUAIS			564,69
ESTAGIARIA SETOR JURIDICO			500,00
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE			4.796,44
ACORDO JUDICIAL MARIA MARINA			1.000,00
ACORDO JUDICIAL IDINETE DOURADOS			1.000,00
DEPOSITO RECURSAL			4.993,78
AJUDA DE CUSTO DIRETORES			1.000,00
			17.441,45

MARIA DE JESUS DA SILVA
CONTABILISTA
C.R.C. : MT-009536-O-4
C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA
PRESIDENTE
R.G. : 474000 SJ/MT
C.P.F. : 349.054.641-53